

CORASSIN, Maria Luiza. (Org.) *Cinco Estudos sobre Tito Lívio*. São Paulo: LCTE Editora, 2104. 170 p. ISBN 978-85-85908-41-6

Uiran Gebara da Silva¹

É um paradoxo comum a todos os impérios que a sua história comece a ser escrita apenas no momento em que o seu sistema de dominação esteja estabelecido, e a escrita da História de Roma é emblemática desse tipo de paradoxo. Muito embora se possa responsabilizar a inclemente ação do tempo pela perda da tradição analítica, cuja datação inicial seria anterior aos períodos de expansão imperial romana, todas as narrativas históricas fundamentais sobre Roma foram produzidas depois do século III a.C. E ainda assim, seria apenas sob o regime imperial a partir da ascensão de Augusto que apareceriam as grandes obras que tratam das origens da cidade de Roma. Dentre os autores dessas grandes obras, Tito Lívio, com seu livro, *Ab Urbe Condita*, talvez seja o maior representante desse paradoxo. Um paradoxo que se materializa nos estudos livianos na forma de inúmeras dicotomias, às vezes ocorrendo como oposições apenas aparentes, mas muitas vezes, resultado de interpretações irreconciliáveis do historiador de Pádua: retórico ou historiador, religioso ou político, aristocrata ou popular, republicano ou defensor do regime de Augusto, etc.

Essa multiplicidade de Títos Lívios resultou em uma fortuna crítica imensa no contexto internacional, que, contudo, não se traduz até agora em produção intelectual compatível no contexto acadêmico brasileiro (o mesmo pode ser dito do contexto mais amplo dos estudos sobre Antiguidade em língua portuguesa). Há pouquíssimos trabalhos sobre Tito Lívio e *Ab Urbe Condita* publicados no Brasil. Há, felizmente, alguns artigos tratando de temas pontuais em periódicos específicos do campo de História Antiga ou Letras Clássicas, ou capítulos de coletâneas e, até onde este resenhista foi capaz de descobrir, apenas um único estudo de grande fôlego sobre Tito Lívio veio a público nos últimos dez anos.²

¹Pós-doutorando, FAPESP, Universidade de São Paulo - São Paulo, Brasil. email: uirangs@hotmail.com

² E ainda assim, ele compartilha o palco com Tácito. Cf. Marques, Juliana bastos. Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito. Rio de Janeiro: Apicuri-Faperj, 2013.

Dado tal estado das coisas, é muito feliz a publicação de *Cinco estudos sobre Tito Lívio*, organizado por Maria Luiza Corassin, que começa a preencher uma séria lacuna no campo dos estudos brasileiros sobre a Antiguidade. Após uma pequena introdução sobre Tito Lívio e sua importância histórica, seguem-se os cinco estudos.

O artigo de Moisés Antiqueira, “Poder e imagens antinômicas na narrativa de Tito Lívio: os retratos de Cincinato e Ápio Cláudio no livro 3”, lida com os *exempla*: um dos principais procedimentos através dos quais Tito Lívio articula o passado da cidade aos dilemas políticos da época em que vivera. O autor do artigo analisa a narrativa de Lívio sobre dois personagens do Livro 3 de *Ab Urbe Condita*, Lúcio Quíncio Cincinato e Ápio Cláudio. A problemática do *imperium* e da ditadura serve de eixo para a análise dos dois personagens, de forma a mostrar que ambos, Cincinato e Cláudio, foram elaborados respectivamente como exemplos historiográficos de virtudes e vícios dos cidadãos romanos. O primeiro é apresentado como austero e moderado, pois, tendo sido nomeado ditador em tempos de crise, mesmo com sua relação conflituosa com os plebeus, não usara a magistratura em seu próprio favor e não extrapolara os limites temporais da instituição. Já o segundo representaria para Lívio os perigos que um indivíduo não virtuoso ofereceria para as instituições republicanas. Aqui Antiqueira analisa os episódios nos quais Ápio Cláudio, nomeado um dos membros do decenvirado, uma magistratura criada com o objetivo de redigir as leis da república romana, primeiro, dissimula um governo voltado para a plebe, e depois, com a popularidade consolidada, busca anular o rodízio da magistratura e passa a legislar contra a plebe. Na oposição entre os dois personagens, seria possível assinalar então o moralismo de Tito Lívio, que entenderia o caráter e o papel pronunciado de certos indivíduos como mais decisivos do que as instituições e os colegiados no destino da cidade, e que, em sua época poderiam ser instrumentos de compreensão das ações dos seus contemporâneos, ao mesmo tempo, iluminando o apoio de Lívio ao regime de Augusto.

O segundo artigo, de Lucia Cutro Sanches, “Crenças e práticas religiosas referentes à guerra nos livros 6-10 de Tito Lívio”, descreve e analisa as inúmeras práticas romanas de culto e adivinhação associadas à guerra que estão presentes na narrativa histórica de Lívio, como as cerimônias de abertura e fechamento da estação das guerras, de legitimação e justificação das guerras, de juramento dos soldados ao general, assim como a ritualística dos tratados de paz, do triunfo, da consagração e das práticas divinatórias e oraculares, como os auspícios e os omina. Sanches

defende a hipótese de que as ricas descrições feitas por Tito Lívio dessas instituições criariam um subtexto religioso para a narrativa, no qual a *pietas* justifica a vitória militar e a *impietas*, a derrota. É um artigo que merece louvor por tratar de forma exaustiva o tema, contudo a autora poderia lidar de forma um pouco mais aprofundada com algumas questões teóricas que são mencionadas, mas são pouco exploradas, como a interação entre múltiplas esferas culturais (religiosa, política, econômica) no contexto da guerra e de como isso se relaciona com a sua interpretação durkheimiana das instituições como cimento da coesão comunitária romana.

O terceiro artigo, “Tito Lívio e Cipião Africano: historiografia e retrato exemplares”, de Breno Battistin Sebastiani, examina a construção de Cipião por Tito Lívio na forma de dois tipos de *exempla*: o ético-pedagógico e o historiográfico. O primeiro tipo, caracterizado no prefácio geral da obra, refere-se ao procedimento tradicional de empregar eventos e indivíduos do passado como guia de ação virtuosa ou viciada, já o segundo, caracterizado no prefácio ao livro 21, refere-se ao cuidado de Lívio em apresentar o seu próprio procedimento historiográfico como passível de ser emulado. Assim, o autor do artigo examina uma série de episódios protagonizados por Cipião e busca demonstrar como estes retratam as virtudes do comandante romano (*virtus, clementia, iustitia, pietas*), exercitando o primeiro tipo de *exemplum*, ao mesmo tempo em que o contexto mais amplo da narrativa liviana sobre as Guerras Púnicas e as situações em que Cipião afronta o senado, interpretadas como *exempla* de má conduta, constituem-se em demonstrações do procedimento historiográfico do historiador romano.

O quarto texto, “*Bacchanalia* na República Romana”, de Maria Luiza Corassin, lida com a narrativa de Tito Lívio acerca do *Senatus Consultum* contra as *bacchanalia* no ano de 136 a.C. A autora examina o episódio das *bacchanalia* observando lado a lado dois tipos de evidência: historiográfico e epigráfico. Por um lado, o registro epigráfico do *Senatus Consultum* permite à autora refletir sobre os contextos de aplicação da regulação e das proibições ligadas ao culto de Baco após 136 a.C. Por outro lado, a análise das duas versões apresentadas por Tito Lívio sobre a crise política causada pelo culto a Baco é construída em torno do exame das várias hipóteses que a historiografia moderna apresentou para explicar o episódio e a dura reação do Senado: o excesso das orgias estimulando adultério e homossexualismo entre cidadãos, uma forma de resistência religiosa ao patriarcado, religiosidade estrangeira se opondo aos cultos romanos propriamente ditos e, por fim, Líber, Baco e Dionísio como expressões de uma religiosidade plebeia. Uma vez que o elemento

comum a todas as hipóteses é explicar de que maneira o culto teria oferecido algum tipo de ameaça à ordem social romana, a autora parece propor que, mais do que as motivações ou a moralidade por trás do culto a Baco, teria sido a própria grande dimensão da ação coletiva escapando ao controle do governo republicano que teria preocupado os senadores romanos.

No último artigo, “Superstições e religiosidade na *Res Publica*: espaços de poder?”, Luís Felipe Silvério Lima trata do lugar do discurso religioso na narrativa de Lívio sobre a história da cidade de Roma. Funcionando como um complemento (ou um contraponto) ao artigo de Lucia Sanches, este artigo, que toma como ponto de partida os comentários de Políbio e de Finley sobre o uso político pelos romanos das superstições populares, constitui-se em uma breve reflexão teórica sobre as relações entre poder, religião e laços comunitários na cidade de Roma como representadas em *Ab Urbe Condita*.

À guisa de conclusão, talvez seja pertinente uma última observação. Como expresso no início desta resenha, um livro dessa natureza começa a preencher um espaço há muito tempo vazio entre as publicações sobre Antiguidade romana no Brasil. E, talvez por isso, fosse desejável uma introdução mais detalhada e que explorasse de forma mais panorâmica os estudos e as problemáticas despertadas pela obra Tito Lívio, situando os artigos num contexto mais amplo de investigação. Ainda assim, os cinco artigos que compõem essa obra coletiva apresentam aspectos diversos dos debates suscitados na historiografia moderna por *Ab Urbe Condita* ao mesmo tempo compondo um conjunto coerente de boas contribuições para os estudos brasileiros sobre Tito Lívio.